

O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NO PROCESSO PENAL LIMITADO PELA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS DO HOMEM

Patrícia Barcelos Nunes De Mattos Rocha

Resumo: O presente artigo trata do princípio do juiz natural e do princípio do duplo grau de jurisdição em consonância com os direitos fundamentais. O texto focará a relação do devido processo penal como um processo de partes e a garantia do juiz natural. Será analisado o duplo grau no direito comparado e na Constituição de 1988.

Abstract: the present article takes up the natural judge and double jurisdiction principles in relation to the fundamental rights. The text will focus on the relation between the due process of law in criminal litigation and the natural judge guarantee. It will be made an analysis of the double jurisdiction principle in comparative law and in the 1988 Constitution.

sumário: 1. origem 2. O princípio do juiz natural no direito comparado 3. O princípio do juiz natural nas constituições brasileiras 4. A garantia do juiz natural e o devido processo penal 5. O duplo grau de jurisdição 6. Conclusão.

1. ORIGEM

A primeira e rudimentar origem do princípio do duplo grau de jurisdição remonta à *Magna Carta Libertum*, quando essa previa, em seu artigo 20, que: *nenhuma multa será lançada senão pelo juramento de homens honestos da vizinhança*. Já em seu artigo 21, *preceituava que condes e barões não serão multados senão pelos seus pares, e somente de conformidade com o grau de transgressão*. Previa ainda a mesma carta, no artigo 39, que:

Nenhum homem livre será preso ou detido em prisão ou privado suas terras, ou posto fora da lei ou banido ou de qualquer maneira molestado; e não procederemos contra ele, nem o faremos vir a menos que o julgamento legítimo de seus pares e pela lei da terra.

Assim sendo havia a garantia de julgamento por órgãos e pessoas do local em que o delito foi cometido (competência territorial). O homem era compreendido pela sua comunidade dentro da concepção histórica, portanto deveria ser julgado pelos seus pares, dentro do sistema jurisdicional feudal.

A prof^a Ada Grinover ¹ assevera que em textos posteriores (*Petition of Rights*, de 1627, e *Bill of Rights*, de 1688), passa-se a proibir os juízes extraordinários, quando assume a dimensão atual de proibição de juiz *ex post facto*, e ainda de vedação de juízes extraordinários.

¹ GRINOVER, P. Ada. O princípio do Juiz Natural e sua Dupla Garantia, *In* Revista de Processo, vol. 29, São Paulo: RT, 1983, p.12.

2. O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NO DIREITO COMPARADO

O Constitucionalismo norte-americano buscou o fundamento do princípio na Magna Carta de João Sem-Terra, nos artigos 20 quando faz referência aos “homens de vizinhança”, 21 e 39². Conforme preceitua o prof. Geraldo Prado³, desenvolve-se em terra americana a garantia da necessidade de que a decisão fosse proferida por alguém que estivesse inserido contexto histórico-cultural da comunidade na qual viviam acusado e acusador. Para o direito norte-americano, ao contrário dos textos ingleses do século XVII, o cerne do princípio não diz respeito à proibição de juízes de exceção *post facto*, mas sim, à garantia que assegure a existência de um juízo e a inderrogabilidade das regras de competência, sendo preocupação principal ligar a competência ao *locus commissio delicti*. A inderrogabilidade de competência é vista como uma garantia da imparcialidade do juiz⁴ como expressão de um julgamento justo.

A Revolução Francesa e o pensamento iluminista dão uma dimensão maior ao princípio do juiz natural. Foram suprimidas as justiças senhoriais e todos passaram a ser julgados pelos mesmos tribunais, extinguindo-se o foro privilegiado, afastando a criação de tribunais de exceção *post factum*.⁵

No constitucionalismo francês, o princípio ganha um garantia tríplice, vedando-se aos institutos da:

- a) comissão (juízos extraordinários, *ex post facto*, fora da organização judiciária);
- b) evocação (derrogação de competência: outro órgão diverso do previsto em lei, integrante da organização judiciária);
- c) atribuição (juízos especiais).

Em sua evolução, os textos constitucionais posteriores de 1814, 1830 e 1848 culminam por ligar a garantia exclusivamente à proibição dos juízos extraordinários.⁶

A Itália, sob clara influência do constitucionalismo francês, consagra o princípio com a proibição de juízos extraordinários, através do Estatuto Albertino.⁷ A expressão “juiz natural” da constituição italiana tem sido interpretada pela corte constitucional como proibição de tribunais de exceção e, ainda como garantia do juiz competente.⁸

Na Bélgica o princípio está ligado à proibição representa dupla garantia: proibição de tribunais extraordinários. Na Espanha e em Portugal, impede a subtração da causa ao juiz competente. Como garantia do juiz legal, na Alemanha, veda a jurisdição de exceção.⁹

² Vide transcrições dos artigos no item 1

³ PRADO, Geraldo. Duplo Grau de Jurisdição no Processo Penal Brasileiro: homenagem às idéias de Julio B. J. Maier. *In* Cidadania e Justiça, ano 5, n.10, p. 212-221. Rio de Janeiro, 2001.

⁴ A Emenda VI, de 1791, prescreve que “em todos os processos criminais o acusado terá direito a julgamento pronto e público por um júri imparcial do Estado e distrito onde o crime tiver sido cometido, distrito previamente determinado por lei”, erigindo a competência territorial em princípio constitucional.

⁵ COUTINHO, Jacinto.N.M. Introdução aos Princípios Gerais do processo Penal Brasileiro, *in* Revista do instituto dos advogados do Paraná, nº 28, Curitiba:1999, p.120.

⁶ GRINOVER, P. Ada. O processo em sua unidade – II. Rio de Janeiro. Forense, 1984, p.9.

⁷ Art. 71. Ninguém pode ser subtraído de seus juízes naturais. Não poderão, portanto, ser instituídos tribunais ou comissões extraordinárias.

⁸ GRINOVER, P. Ada. O conteúdo da garantia do contraditório. Novas tendências do direito processual de acordo com a constituição de 1988. São Paulo. Forense Universitária, 1990, p.23.

⁹ GRINOVER, P. Ada. O processo em sua unidade – II. Rio de Janeiro. Forense, 1984, p.12-14.

3. O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Como tradição do ordenamento jurídico brasileiro, o princípio do juiz natural sempre¹⁰ esteve presente nas constituições brasileiras, visto numa dimensão dupla, quais sejam: a proibição de juízos extraordinários *ex post facto* e a proibição de transferência de uma causa para outro tribunal.

A Constituição Imperial de 1824 não proibia a instituição de juízos especiais pré-constituídos¹¹.

A Constituição Republicana de 1891 seguindo a tradição da Constituição anterior, ou seja, permitia a criação de juízos especiais, mas proibia os juízos extraordinários.¹²

A Carta de 1934 com sua redação mais abrangente do que as Constituições anteriores ampliou o princípio, acrescentando a expressão: “ninguém será processado, nem sentenciado...”, já que as anteriores pregavam que : “ninguém será sentenciado...”¹³

O período histórico brasileiro do Estado Novo, de orientação ditatorial, omitiu o referido princípio da Constituição de 1937.

O princípio voltou a ser previsto na Carta de 1946, em sua dupla dimensão.¹⁴

A Constituição de 1967 e a Emenda 01 de 1969, inseriram o princípio tão somente como garantia a vedação de tribunais de exceção, não fazendo menção à taxatividade de competências, ou seja, não fazia menção à garantia explícita do juiz competente.¹⁵

A Carta Política de 1988, no art 5º, incs. XXXVI e LIII, proíbe os tribunais de exceção e consagra a garantia do processamento e julgamento da causa pelo juiz competente, segundo as regras anteriores ao fato.¹⁶ O legislador constituinte tratou o

¹⁰ Durante o período do estado novo, a constituição de 1937, de orientação ditatorial omitiu o princípio do juiz natural.

¹¹ Art. 179, XVII. À exceção das causas que por sua natureza pertençam a juízos especiais, não haverá foro privilegiado nem comissões especiais nas causas cíveis ou criminais. E o artigo 149 II, prescrevia: Ninguém será sentenciado senão pela autoridade competente, por virtude de lei anterior e na forma estabelecida.

¹² Art 72, parág. 23. À exceção das causas que, por sua natureza, pertencem a juízos especiais, não haverá foro privilegiado. E o parág. 15 do mesmo artigo: Ninguém será , senão pela autoridade competente, em virtude de lei anterior e na forma por ela estabelecida.

¹³ Carta de 1934, art 113.

¹⁴ Artigo 141, parág. 26. Não haverá foro privilegiado, nem juízos e tribunais de exceção. E o parág. 27 assim dispunha: *Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente e na forma da lei anterior.* Destaca-se o artigo 141, parag. 4º, que prescrevia: A lei não poderá excluir da apreciação da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

¹⁵ Art 150 da Carta de 1967: A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ...parág. 15. A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá foro privilegiado nem Tribunais de exceção. Ainda, art. 153, parág. 15, EC 15 nº 1, de 1969, dispunha que a Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ... parág. 15. A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá foro privilegiado nem tribunais de exceção.

¹⁶ Artigo 5º XXXVII: Não haverá juízo ou tribunal de exceção. E no inciso LIII: Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

princípio de forma específica, inserindo a questão da competência no corpo normativo da Constituição da República de 1988¹⁷.

Há vedação ao foro privilegiado, que representaria a exclusão dos órgãos competentes em benefício de determinadas pessoas, como regalias individuais. Diferem das hipóteses de competência por prerrogativa de função, que levam em conta a função exercida e não a pessoa. Estas últimas hipóteses não são vedadas pela Constituição.

Vale ressaltar a lição do prof. argentino Binder¹⁸, quando afirma que o princípio do juiz natural busca evitar a manipulação política do juízo e garantir sua efetiva imparcialidade. O processo penal constitui a legitimação de uma decisão de força por parte do Estado – até porque restringe direitos e garantias fundamentais – necessária a imparcialidade do juízo para legitimá-la e fazer com que o cidadão perceba a legitimidade do ato.

Isto posto, alicerçado no processo histórico, a dimensão ampla do princípio revela-se por tríplice garantia:

- 1º) só podem exercer jurisdição os órgãos instituídos pela Constituição;
- 2º) ninguém pode ser julgado por órgão instituído após o fato;
- 3º) entre os juízes pré-constituídos vigora uma ordem taxativa de competências que exclui qualquer alternativa deferida à discricionariedade de quem quer que seja.

4. A GARANTIA DO JUIZ NATURAL E O DEVIDO PROCESSO PENAL

A idéia do princípio do juiz natural está indissoluvelmente conectada à do devido processo penal; que no Brasil tende a se apresentar como um processo de partes, com igualdade formal, isto é, desde o início do processo penal os resultados favoráveis a ambas partes não podem estar previamente excluídos (O julgamento só é julgamento se as duas partes tem chance de ganhar).

É indiscutível que o processo penal é um processo de partes, significa afirmar que há lide entre o Estado e o réu, com a pretensão punitiva de um lado e um lado e a pretensão à liberdade de outro.

No processo penal há um desequilíbrio caracterizador da ação penal. Por vezes o Estado ingressa com a prova pericial relativa à materialidade do delito, sendo esta colhida no Inquérito Policial sem o crivo do contraditório. Há, portanto um desequilíbrio das partes cancelado pelos nossos tribunais e desejado por muitos.¹⁹

A igualdade de partes tem que ser vista como igualdade de armas, de oportunidades. Então, no processo as “regras do jogo” devem ser de conhecimento prévio, e ainda que haja disposições em caso de violação dessas regras. Cabe ao juiz o papel de fiscalização da atuação da acusação e da defesa, uma vez que o juiz é o

¹⁷ De acordo com os ensinamentos de Binder que expõe que um sentido garantidor de se compreender o conceito de juiz natural radica na questão que a exclusiva determinação legal da competência advém do princípio, enfocando, ainda, que a competência deve vir delimitada na Constituição e regulamentada pelo legislador ordinário, sempre dentro dos limites por aquela impostos. (Binder. A. M. *Introducción al derecho Procesal Penal*. 2ª ed. Buenos Aires: Ad-Hoc, 1999. p.142 – 148).

¹⁸ Binder, A. M. *Introducción al derecho Procesal Penal*. 2ª ed. Buenos Aires: Ad-Hoc, 1999. p.141.

¹⁹ FAUZI, Hassan Choukr. Garantias Constitucionais na Investigação Criminal, p.113. In Suantes, Adauto. Os Fundamentos Éticos do Devido Processo Penal. São Paulo. Revista dos Tribunais, p. 133.

destinatário das informações relevantes; e sendo o juiz um árbitro, é condição *sine qua non* que seja imparcial.

A imparcialidade é vista como um atributo essencial da função jurisdicional evitando inclusive, a manipulação política do juízo. É imperativo que o juiz seja imparcial, uma vez que sua decisão legítima uma decisão de força oriunda do Estado. Deve-se observar que o juiz deve dirimir o conflito de acordo com as regras impostas pela Constituição e pelo direito penal.

A garantia do juiz natural, na visão clássica, de cunho formal, como expressão do devido processo legal deve ser observada sob duas óticas:

- 1) O órgão jurisdicional deve ser estabelecido antes do fato;
- 2) Vedação das causas de modificação de competência durante o processo, porque caso contrário as partes seriam surpreendidas, encontrando-se uma delas num momento desfavorável, e com a alteração feita pela legislação infraconstitucional, esta teria sua situação restabelecida, violando a igualdade de partes.

Não basta que a garantia do princípio do juiz natural seja vista somente sob a ótica formal, mas também substancial.²⁰ A dimensão substancial só é atendida em consonância com o princípio da identidade física do juiz. Como sabemos, tradicionalmente no processo penal não vigora o princípio da identidade física do juiz, no entanto não há razão de ser, uma vez que a busca da verdade processual só é possível se a instrução criminal for presidida por um mesmo juiz, que terá condições de analisar diretamente as provas colhidas, sendo certo que o juiz é destinatário de todas as informações relevantes que as partes levam ao processo.

A eficácia plena da garantia do juiz natural somente se instrumentalizará se o julgador que prolatar a decisão final, quer condenando quer absolvendo, tiver participado do interrogatório do acusado, da colheita da prova testemunhal, enfim dos atos de instrução. Importante destacar o ensinamento do prof. Geraldo Prado²¹ que entende que a identidade do juiz é categoria jurídica que deve ser deslocada do campo do procedimento para integrar o princípio do juiz natural, seria portanto, um subprincípio densificador e integrador do juiz natural.:

A verdade processual ou forense, fruto da atividade probatória das partes, realçada pelos argumentos da acusação e da atividade probatória das partes, realçada pelos argumentos da acusação e da defesa, em processo contraditório no qual os sujeitos parciais de fato tenham podido dispor de paridade de armas e igualdade de tratamento e no qual, ainda, não sejam admitidas provas ilícitas, assegura ao juiz legitimidade à medida que a sentença estiver vinculada ao valor de verdade. E esse valor de verdade se realiza integralmente apenas se o princípio da identidade física do juiz for respeito.

Ainda esclarece Júlio Maier²² que:

²⁰ PRADO, Geraldo. Duplo Grau de Jurisdição no Processo Penal Brasileiro: homenagem às idéias de Julio B. J. Maier. In Cidadania e Justiça, ano 5, n.10, p. 216. Rio de Janeiro, 2001.

²¹ PRADO, Geraldo. Duplo Grau de Jurisdição no Processo Penal Brasileiro: homenagem às idéias de Julio B. J. Maier. In Cidadania e Justiça, ano 5, n.10, p. 217. Rio de Janeiro, 2001.

²² “ *En efecto, la única condición de validez Del fallo no se ferere, precisamente, a que el tribunal esté integrado com las mismas personas físicas que lo componían a la época Del hecho, sino, contrariamente, se satisface com establecer que los jueces que fallan sean los mismos que presenciaron el debate, aunque no se trate de las mismas personas que integraban el tribunal al*

De fato, a única condição de validade do julgamento não se refere, precisamente, que o tribunal esteja integrado com as mesmas pessoas físicas que o compunham na época do fato, mas, contrariamente, satisfaz-se com estabelecer que os juízes que julgam sejam os mesmos que presenciaram o debate, mesmo que não se trate das mesmas pessoas que integram o tribunal no momento do fato.

Há a necessidade de reformulação dos procedimentos penais, tarefa que vem sendo feita pela comissão do instituto brasileiro de direito processual, nomeada pelo ministro da justiça e presidida dentre outros por Ada Grinover e ainda pelo prof. Geraldo Prado. Tais reformas se inserem nas atuais tendências do processo penal, servindo-se do modelo acusatório para alcançar os objetivos maiores da efetividade e do garantismo processo penal. A celeridade, a descomplicação, a transparência e a desburocratização são colorários dos referidos objetivos.

É necessária a aplicação da oralidade no processo penal, um procedimento concentrado permite que o juiz não se afaste do processo, uma vez que hoje há um grande lapso temporal entre as audiências.

Por último, é de suma importância que haja regras no código de processo penal²³ de designação e substituição de juízes. O modo de substituição do magistrado, em caso de férias, promoções, afastamentos, impedimento, suspeição e outros fatores deve ser previsto anteriormente, através de medida competente, a fim de evitar substituições arbitrárias ou sem critérios previamente estabelecidos.

5. O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

Na nossa Constituição não existe norma expressa referente ao duplo grau de jurisdição, mas há referências expressas à competência recursal dos tribunais. Isto posto, duplo grau é a possibilidade de revisão da causa pelo órgão que não seja o prolator da decisão. Há a possibilidade de correção da decisão, uma vez que a falibilidade humana é pública e notória, e não raro acontece quando há um julgador, e maior será a certeza quanto maior é o número dos que examinam o mesmo caso, e também permitirá o controle do possível arbítrio do julgador inferior.

A preocupação dos modernos sistemas processuais tem sido a de conciliar os princípios da justiça e certeza jurídica. O princípio da justiça leva a pensar que quanto mais se examinar uma decisão, mais será perfeita a distribuição da justiça. E o princípio da certeza jurídica impõe a brevidade do processo, ou seja, no menor tempo possível sem procrastinações inúteis. Neste sentido é o artigo 5º LXXVIII: "... razoável duração do processo...". Modificação instituída pela EC 45 à Constituição de 1988.

São fundamentos jurídicos do Duplo Grau: O inconformismo do vencido, e decisão injusta ou incorreta; em ambos há a possibilidade de revisão pelo órgão *ad quem*.

Há uma forte tendência do processo contemporâneo de que o duplo grau de jurisdição seja reservado à apreciação das questões de direito, enquanto que as questões

momento del hecho" (Maier, J. Derecho Procesal Penal Argentino, Tomo I, vol.b. Buenos Aires: Editorial Hammurabi, 1989, p. 497).

²³ Deve ser entendido aqui, como contido na lei em sentido estrito, em observância ao princípio da legalidade.

de fato não deveriam ser revistas pelo tribunal, a menos que toda a prova fosse reproduzida em segundo grau (princípios da imediação e da identidade física do juiz). No recurso de apelação, o tribunal não aprecia diretamente as provas, nem houve diretamente os argumentos das partes, valendo-se exclusivamente de um mecanismo de interpretação de textos.

Isto posto, a oralidade é imprescindível no âmbito dos recursos, sendo expressão da garantia do juiz natural na sua dimensão formal e material.

O princípio do duplo grau não vem expressamente inserido na Lei Maior, mas sem dúvida integra o ordenamento jurídico brasileiro de acordo com o art 5º parágrafo 2º²⁴, uma vez que trata de direitos fundamentais. O princípio vem positivado em vários documentos internacionais, dentre eles: A Convenção Americana de Direitos Humanos que o Brasil ratificou em 1992 pelo decreto 678, artigo 8º; e alínea h²⁵. E também o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ratificados pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, no art 14, nº5²⁶, este compõe a Carta de Direitos Humanos, integrando portanto, o ordenamento jurídico brasileiro, de acordo com o artigo 5º parágrafo 2º²⁷, por se tratar de direitos fundamentais.²⁸

Em ambas as convenções, a previsão de recursos no processo penal é exclusiva da defesa. Os pactos prestigiam a idéia de unilateralidade dos recursos, oferecendo-se o direito somente a defesa.

Porque somente a defesa pode recorrer da decisão de mérito? Vamos nos valer da lição preciosa do prof. Geraldo Prado²⁹, que preconiza que devemos prevenir julgamentos injustos que causem prejuízo ao acusado, impondo-lhes, muitas vezes uma sanção que não deveria receber. Já a acusação tem o ônus de provar os fatos que embasam sua pretensão, se não consegue convencer o juiz, como poderá o tribunal que não teve contato com as mesmas provas e argumentos de convencimento, modificar a sentença absolutória?

No direito anglo-saxão e no direito norte-americano recurso de apelação é exclusivo da defesa, só há recurso da acusação quanto às chamadas decisões interlocutórias. Se assim não fosse, haveria violação do princípio do Juiz Natural na sua dimensão substancial, por ofensa ao princípio da identidade física do juiz, e ainda da oralidade; indispensáveis pela justiça da decisão. Há decisões da Corte Suprema dos Estados Unidos, que o réu estará sendo submetido a um segundo julgamento pelo

²⁴ Art 5º parágrafo 2º “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

²⁵ **Art 8º** “Toda pessoa terá o direito de ser ouvida com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza”

h “Toda pessoa terá o direito de recorrer da sentença ao juiz ou tribunal superior”.

²⁶ Toda pessoa declarada culpada por um delito terá o direito de recorrer da sentença condenatória e da pena a uma instância superior, em conformidade com a lei.”

²⁷ Art 5º parágrafo 2º “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

²⁸ Neste sentido é o entendimento do prof. Geraldo Prado Duplo Grau de Jurisdição no Processo Penal Brasileiro: homenagem às idéias de Julio B. J. Maier. *In* Cidadania e Justiça, ano 5, n.10, p. 218. Rio de Janeiro, 2001.

²⁹ PRADO, Geraldo. Duplo Grau de Jurisdição no Processo Penal Brasileiro: homenagem às idéias de Julio B. J. Maier. *In* Cidadania e Justiça, ano 5, n.10, p. 219. Rio de Janeiro, 2001.

mesmo fato, dessa vez no âmbito recursal e em consonância com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e o Pacto São José da Costa Rica ninguém pode ser julgado duas vezes pelo mesmo fato³⁰.

No direito processual brasileiro temos o instituto do protesto por novo júri³¹, quando o réu, processado perante o Tribunal do Júri, é condenado a uma pena igual ou superior a 20 anos. A defesa tem que requerer ao juiz um novo julgamento para reavaliar a situação do réu e, não há necessidade de fundamentar a sua pretensão. O projeto de reforma do Código de Processo Penal³², propõe a abolição deste recurso exclusivo da defesa.

O referido projeto de reforma³³ da legislação processual o recurso de embargos infringentes será cabível no caso de decisão não unânime, na apelação ou no agravo, desfavorável ao acusado. Esta decisão não terá eficácia enquanto não for complementada pelo julgamento dos embargos infringentes, que deverá vir no prazo de 10 dias, independentemente de recurso.

Todo o sistema recursal necessita ser reformado. O anteprojeto sobre recursos objetiva a sua racionalização e agilização. Caberá apelação das sentenças (decisões que encerram o processo com ou sem julgamento de mérito). Das decisões interlocutórias caberá agravo, que via de regra será retido e com efeito devolutivo. Como mencionado o recurso de protesto por novo júri será abolido.

A reforma do Código de Processo Penal é imperativa para que se adeque as novas tendências processuais, sobretudo ao Código Modelo de Processo Penal³⁴ que possui dentre outros mandamentos:

1. Pelo respeito ao sistema acusatório;
2. Pelo processo público, oral, em contraditório;
3. Pelos procedimentos abreviados;
4. Pela efetivação das garantias do devido processo legal.

6. CONCLUSÃO

A título de reflexão devemos analisar o princípio do juiz natural sob o enfoque substancial, e não somente formal. Devemos ter em mente que esta dimensão é garantia para toda a sociedade de que os julgamentos serão justos, imparciais e legítimos. A sociedade invoca a proteção do Estado, uma vez que há interesses difusos na punição do autor de um delito, ou seja, daquele que viole um bem jurídico penalmente tutelado.

Vale ressaltar que as regras de substituição dos magistrados devem estar presentes no CPP, em respeito ao princípio da legalidade, evitando procedimentos de manipulação das decisões.

³⁰ PRADO, Geraldo. Duplo Grau de Jurisdição no Processo Penal Brasileiro: homenagem às idéias de Julio B. J. Maier. *In* Cidadania e Justiça, ano 5, n.10, p. 219. Rio de Janeiro, 2001.

³¹ Art 607, CPP: O protesto por novo júri é privativo da defesa, e somente se admitirá quando a sentença condenatória for de reclusão por tempo igual ou superior a 20 (vinte) anos, não podendo em caso algum ser feito mais de uma vez.

³² Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 8, n.31, p.74, jul/set 2000.

³³ Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 8, n.31, p.74, jul/set 2000.

³⁴ Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 8, n.33, p.41, abr/jun, 2000.

É importante repensarmos a abolição de recursos contra sentenças absolutórias, ressalvada a possibilidade do Ministério Público recorrerem de das decisões desfavoráveis à acusação, já que esta tem o ônus de provar a pretensão, e se não consegue convencer o juiz, como poderá convencer o tribunal que não teve contato com as provas?

Isto posto, há necessidade de adequação da Legislação Processual Penal as Convenções e ao código Modelo de Processo penal para Ibero-América, para que possamos atenuar a realidade do Brasil, como país latino com grandes desigualdades sociais, e por consequência melhorar a distribuição da justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal (1988)

BRASIL. Código Penal. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Luiz Flávio Gomes . 5ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BINDER, Alberto M. Introduccón al derecho Procesal Penal. 2ª ed. Buenos Aires: Ad-Hoc, 1999.

_____. Justicia Penal y Estado de Derecho. Buenos Aires: Ad-Hoc, 1993.

BONATO, Gilson. A garantia Constitucional do Juiz e do Promotor Natural. *In* Garantias constitucionais e processo penal. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2002.

COUTINHO, Jacinto.N.M. Introdução aos Princípios Gerais do processo Penal Brasileiro, *in* Revista do instituto dos advogados do Paraná, nº 28, Curitiba:1999.

FERNANDES, Antônio Scarance. Processo Penal Constitucional. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GRINOVER, Ada Pellegrini e outros. Recursos no Processo Penal. 3ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O Código Modelo de Processo Penal para Ibero-América 10 anos Depois. *In* Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 8, n.30 São Paulo, 2000.

_____. A Reforma do Código de Processo Penal *In* Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 8, n.31. São Paulo 2000.

_____. O conteúdo da garantia do contraditório. Novas tendências do direito processual de acordo com a constituição de 1988. São Paulo. Forense Universitária, 1990.

_____. O processo em sua unidade – II. Rio de Janeiro. Forense, 1984.

_____. O princípio do Juiz Natural e sua Dupla Garantia, *In* Revista de Processo, vol. 29, São Paulo: RT, 1983.

MAIER, Júlio. B. J. Las Nuevas Tendencias Del Processo Penal. *In* Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 4, n.16, São Paulo 1996.

_____ Derecho Procesal Penal Argentino, Tomo I, vol.b. Buenos Aires: Editorial Hammurabi, 1989.

PRADO, Geraldo. Duplo Grau de Jurisdição no Processo Penal Brasileiro: homenagem às idéias de Julio B. J. Maier. *In* Cidadania e Justiça, ano 5, n.10. Rio de Janeiro, 2001.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 11ª ed. Ed. Lúmen Júris. Rio de Janeiro. 2006.

SUANTES, Adauto. Os Fundamentos Éticos do Devido Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

SZNICK, Valdir. Princípios de Defesa na Constituição. Ed. Iglu. São Paulo. 2002.